

## Do risco da guerra às perspectivas para um acordo

Passadas duas semanas do ataque norte-americano ao aeroporto de Bagdá que vitimou o general Qassem Soleimani e pouco mais de uma semana do revide sem vítimas iraniano a bases que abrigam forças norte-americanas no Iraque, um debate realizado pelo CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) explorou as perspectivas possíveis para a evolução da tensão entre os dois países.

O debate **A tensão EUA-Irã e suas implicações para o mundo e para o Brasil** aconteceu na quinta-feira 16.01, com a participação do Conselheiro Responsável pelo Núcleo EUA do CEBRI, Henrique Rzezinski, do economista especialista em Oriente Médio Najad Khouri e do advogado responsável por Oriente Médio e Norte da África do Veirano Advogados, Fábio Figueira, com a moderação da jornalista Leila Sterenberg.



As perspectivas incluíram a natureza da iniciativa norte-americana, o cálculo de riscos e possibilidades que o Irã deve estar fazendo no momento – levando em conta, inclusive, a possibilidade de Donald Trump se manter no poder em segundo mandato até 2025 e a evolução recente da geopolítica na região. Parte expressiva do debate focou a situação atual do Irã e horizontes possíveis a partir do

conflito.

“Os iranianos não querem confronto com norte-americanos e muito menos com israelenses e estão agora calculando o que fazer”, explica o economista especializado em Oriente Médio, Najad Khouri. O Irã acumula inflação anual da ordem de 40%, desemprego à taxa de 16%, desvalorização da moeda na casa dos 30%. Em novembro passado, houve larga manifestação popular contra aumento de preço dos combustíveis.

Há 40 anos no poder, o regime dos aiatolás convive na prática com uma economia asfxiada pelas sanções norte-americanas, intensificada na gestão de Donald Trump. E dentro do país, politicamente os conservadores confrontam os moderados– sendo que o aiatolá Ali Khamenei observa e ouve as duas correntes.

## Guerra ou negociação?

Durante o debate emergiu que, apesar da retórica beligerante e de vingança do Irã, um acordo não seria um mau negócio até mesmo para a república islâmica, em especial

diante do isolamento político e das pressões econômicas. A perspectiva para um eventual futuro acordo não foi consensual durante o debate.

Um novo acordo, considerado como otimista por alguns dos participantes, levaria tempo e envolveria três condições: controle do programa nuclear iraniano para que o Irã jamais obtivesse armas nucleares, limitação de alcance dos mísseis balísticos para não atingir Israel ou Europa e a saída das forças paramilitares que atuam em países da região. Assim, elas deixariam a Síria, o Iêmen e o Iraque, o que viria ao encontro às aspirações de Israel, Arábia Saudita, dos Estados Unidos e União Europeia, respectivamente.

A retirada de sanções unilaterais norte-americanas, em paralelo ao acordo, que afetam a economia e isolam o país, seria um ganho relevante. A questão base seria até que ponto o Irã teria condições de conviver com a retórica bélica por tão mais tempo e como estaria, internamente, equacionando uma saída de médio e longo prazo.

Internamente, se a morte do general Qasem Soleimani ofereceu um mártir à revolução iraniana, a ser cultuado, de outro abre espaço para novo arranjo político interno, talvez com o avanço dos moderados nas próximas eleições de fevereiro, que coincidem com a quaresma da morte de Soleimani.

Em artigo recente, publicado em O Globo, assinado por Najad e pela coordenadora acadêmica do CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), Monique Sochaczewski, os autores expressam: “Partindo do pressuposto que o Irã é um ator estatal racional, pode-se tentar visualizar algo construtivo de toda a crise gerada em torno do assassinado pelos EUA de Qassem Soleimani”.

Aliados até 1979, Estados Unidos e Irã iniciaram escalada de tensões principalmente a partir de maio de 2018, quando os Estados Unidos decidiram se retirar unilateralmente do acordo nuclear fechado em 2015, em Viena, e restabelecer sanções econômicas diretas e indiretas unilateralmente contra Teerã. Pelo acordo, haveria suspensão total de sanções ao Irã, em troca de controle do programa nuclear iraniano, onde o Irã assumiria compromisso de não desenvolver armas nucleares pelos próximos 10 anos.

Desde o fim de dezembro passado, o confronto agudizou, com a morte de um funcionário norte-americano contratado em um ataque de foguetes no Iraque. Os EUA responderam com bombardeios a alvos estratégicos do Kataib Hezbollah, no Iraque. Em seguida, com a invasão da embaixada norte-americana em Bagdá, supostamente apoiada pelo Irã ou o próprio Soleimani, no dia 31 de dezembro, sobreveio o ataque ao aeroporto de Bagdá, por um drone que tirou a vida do general. Segundo os debatedores, os EUA jamais aceitariam uma nova invasão a sua embaixada especialmente por milícias iraquianas agindo supostamente sob influência do Irã.

## Ponto de inflexão

Na visão do Conselheiro do CEBRI Henrique Rzezinski a perspectiva manifestada de que o Irã não quer um conflito com os EUA e com Israel e que a retórica de aniquilamento de Israel é apenas uma estratégia política não encontra respaldo nas ações concretas do Irã de ganhar terreno geopolítico no Oriente Médio através da preparação das bases para futuras ações militares nas vizinhanças de Israel, notadamente na Síria, Iraque, Líbano bem como junto ao Hezbollah e ao Hamas.

“Importante lembrar que não há nenhum país no mundo sob esse tipo de ameaça e também que leve tão a sério ameaças de aniquilamento quanto Israel em função basicamente do exemplo histórico da retórica nazista que resultou no Holocausto, apesar da incredulidade mundial sobre a consecução dessas ameaças”.

Na realidade os cinco-macro objetivos do Irã, segundo Rzezinski, são: a) Ganhar espaço para os xiitas sobre os sunitas; b) Buscar a hegemonia como potência regional no Oriente Médio; c) Destruição de Israel; d) Transformar-se numa potência nuclear e e) Garantir a estabilidade do regime teocrático-repressivo dos Aiatolás.

A luta entre xiitas e sunitas é secular e provavelmente continuará se somando aos demais objetivos, acrescenta.

A estratégia militar e política que o Irã vem adotando para tornar-se potência regional no Oriente Médio se resume em aumentar sua influência no Líbano, Síria, Iraque estabelecendo bases militares nesses países e armando o Hezbollah e o Hamas, além de fortalecer organizações fundamentalistas e radicais no Egito, Jordânia e outros países.

Esta estratégia também atenderia, prossegue o conselheiro, a objetivo de destruir Israel com uma luta de desgaste através do lançamento de mísseis, construção de túneis para perpetrar ataques terroristas e soltura de balões incendiários para destruir as florestas e plantações israelenses, numa nítida preparação para um futuro embate mais direto.

A transformação do Irã em potência nuclear e a manutenção do poder do regime iraniano são fundamentais para a consecução dos seus objetivos geopolíticos. Ainda segundo Rzezinski, a morte de Suleimani representa, além do revide ao mentor de ataques terroristas e que desde o atentado de Buenos Aires vinha estruturando a geopolítica iraniana acima descrita, uma sinalização e um ponto de inflexão na estratégia militar americana:

- Os EUA estão dispostos a usar opções militares diretas contra a ofensiva de preparação da infraestrutura militar iraniana no Oriente Médio;
- Os EUA sinalizaram que Israel não será o único país a responder militarmente nessa conjuntura do Oriente Médio;

- Os EUA e agora também o Reino Unido sinalizaram na direção de que um novo acordo nuclear com o Irã só será possível em bases que permitam um amplo e rígido monitoramento do seu programa nuclear;

## Carta da ONU e artigo 51

Junto às perspectivas sobre como evoluiriam as tensões EUA-Irã, o debate incluiu a observação do artigo 51 da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU). “Este artigo é muito importante para quem se interessa por geopolítica como um todo”, disse o advogado responsável pela MENA Region (Oriente Médio e Norte da África, na sigla em português) do Veirano Advogados, Fábio Figueira.

De forma simplificada, o artigo permitiria o emprego de violência por parte de um país, em resposta a um ataque perpetrado por outro. Mas não abriria espaço para alegação de uma legítima defesa antecipada face a um possível mas não realizado ataque armado. Segundo o chanceler iraniano, o ataque com 22 mísseis a duas bases no Iraque que abrigam forças norte-americanas teria sido realizado amparado no artigo da Carta.

Na dimensão jurídica, o assunto é tema de debate ainda e não firmou jurisprudência. Em tese, discute-se se um país já poderia agir em defesa de seus interesses. E, nesse



sentido, seriam duas as perspectivas de possibilidades: a legítima defesa preventiva (considerada hipotética, mas plausível) e a legítima defesa preemptiva (caso de uma ameaça iminente e reconhecida de que o inimigo estaria prestes a atacar).

A discussão acadêmica sobre o tema é intensa. E segundo Figueira o debate em torno do artigo representa reflexão geopolítica importante que poderia, no limite, levar talvez a uma revisão da Carta da ONU, o que, reconhece o advogado, seria árdua tarefa, em especial em torno do conceito da legítima defesa antecipada. “Mas é uma questão que vem à tona em um mundo que vive tantas agressões entre países”, comentou.

## **Impactos ao Brasil**

Na visão do conselheiro do CEBRI, a posição brasileira externada em nota divulgada pelo Itamaraty – que “manifesta apoio à luta contra o flagelo do terrorismo” – não representa necessariamente um alinhamento automático com os Estados Unidos, senão posição coerente com a visão de mundo do atual governo.

Rzezinski ressalta que cabe debater os riscos e consequências para o comércio bilateral Brasil-Irã. O Brasil registra saldo comercial positivo da ordem de US\$ 2 bilhões no comércio com o Irã. As trocas cresceram historicamente, segundo os debatedores, dentre outros motivos, justamente porque o Irã mudou a rota de importações de grãos e proteínas dos Estados Unidos para o Brasil após 1979. “Não se pode alinhar o comércio à política. A posição de alinhar estas duas áreas é um contrassenso”, afirmou Najad Khouri.

**Nilson Brandão**  
**Coordenador de Conteúdo e Comunicação**